
O GÊNERO EDITAL E SUAS CARACTERÍSTICAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS: PARA ALÉM DOS MANUAIS DE REDAÇÃO

Sandra Maria de Carvalho Santos
UFPB/CNPq - sandracarvalhoufpb@gmail.com

Erivaldo Pereira do Nascimento
UFPB/CNPq - ery.nascimento2008@gmail.com

RESUMO: Através do projeto intitulado “ESTUDOS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVOS DE GÊNEROS DO DISCURSO: Redação escolar e gêneros formulaicos (ESAGD)”, financiado pelo CNPq, são realizadas várias investigações na Universidade Federal da Paraíba com objetivo de estudar a argumentatividade presente em gêneros textuais do universo empresarial/oficial. Este trabalho faz parte dessas investigações, está vinculado a esse projeto e tem por finalidade discutir as contribuições dos estudos sobre a teoria dos Gêneros do Discurso, de Bakhtin (2010), para a descrição do gênero edital. O edital é um gênero que circula nas instituições públicas e privadas e que tem por fim tornar público fatos e ações que devem ser conhecidos. Este trabalho trata-se de um bibliográfico e que aplica os critérios utilizados pelo autor para apresentar uma definição do gênero formulaico em questão. Com base na concepção de gênero da Teoria de Bakhtin, o trabalho pretende mostrar como é possível descrever o edital utilizando-se dos critérios linguístico-discursivos.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros do Discurso; Argumentatividade; Edital.

ABSTRACT: Through the project “ESTUDOS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVOS DE GÊNEROS DO DISCURSO: Redação escolar e gêneros formulaicos (ESAGD)”, supported by CNPq, several investigations are conducted at the Federal University of Paraíba to study the argumentativeness in textual genres related to the business/ official world. This paper is part of these investigations and aims at discussing the contributions of studies on Bakhtin's (2010) theory of speech genres to describe the edict genre. This kind of text circulates in public and private institutions and its main objective is to make public facts and actions that must be known. It is a descriptive study in which the criteria proposed by the author are applied in order to present a definition of the formulaic genre. Based on the genre conception of Bakhtin's theory, this research aims at showing how it is possible to describe the edict genre by using linguistic-discursive criteria.

KEY-WORDS: Discursive Genre; Argumentation; Edict.

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que nossa comunicação é realizada de forma oral e escrita. E que nossa escrita (produção linguística) é formada por fonemas, morfemas, palavras, sentenças, além de uma série de elementos discursivos e contextuais, que juntos se tornam textos. Portanto, “o texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sociohistórico” (MARCUSCHI, 2008, p.72).

Nós, profissionais de secretariado temos o texto como um grande aliado e ferramenta de trabalho em nosso dia a dia. Daí, muito mais do que utilizar modelos pré-estabelecidos, podemos ter na linguística uma aliada para tentar entender a maneira como os sujeitos utilizam a língua em diferentes contextos, de que gêneros de textos se valem e como se portam ao utilizá-los.

Encontramos em Mendes e Júnior (2002, p.12), no Manual de Redação da Presidência, orientações que dizem respeito à construção e elaboração dos atos e comunicações oficiais, tais orientações lembram que a redação oficial deve conter características de impessoalidade, do uso do padrão culto de linguagem, da clareza, da concisão, da formalidade.

Nascimento (2010, p. 128), em seu artigo sobre os Gêneros do Universo Empresarial/Oficial, explica que “a tentativa de impessoalidade pregada pelos manuais, bem como a padronização dos documentos, não somente distancia a língua das interações reais dos sujeitos, [...] como apresenta uma visão reducionista da própria linguagem”.

A impessoalidade e a objetividade, tão apregoadas em cada manual de redação oficial, os quais consultamos a fim de subsidiar a elaboração dos gêneros textuais/discursivos durante nossa rotina organizacional, se mostram cada vez mais distante do ideal. Pois, a cada texto analisado, detectamos que há uma forte presença de argumentatividade. Como diz Ducrot (1988), “a argumentação está tão presente na interação humana que já está inscrita na própria estrutura da língua”. Isso ocorre porque, na escolha de cada palavra para compor um texto, há uma intenção; em função da nossa expressividade (subjetividade) e quando do processo de interação com outros sujeitos (intersubjetividade).

O profissional de Secretariado necessita muito mais do que algumas regras preestabelecidas nos diversos manuais de redação, que geralmente trazem padronização de documentos baseados em vocativos apropriados, elementos básicos (coerência, clareza, concisão) para construção de textos, fechamentos adequados, expressões de tratamento e outras tantas dicas de composição para elaboração de textos. Nascimento (2010) afirma que a textualidade não se constrói apenas com esses elementos e acrescenta que, para se produzir textos adequados às intenções do locutor no uso real da linguagem, essas regras e dicas para construção de textos ainda são insuficientes. Continua explicando que a existência desses padrões não garante a sua utilização pelo interlocutor, tampouco que os locutores os utilizam tal qual se encontram nos manuais. Dependendo das suas intenções, os sujeitos podem modificar ou adaptar, quem sabe até ignorar os padrões dos manuais de redação oficial.

Ainda se têm estudado pouco sobre esses gêneros, os formulaicos. Os manuais de redação ou de comunicação limitam-se a fornecer informações de como devem ser produzidos esses gêneros textuais, como cometamos acima, isto é, sem descreverem seu funcionamento linguístico-discursivo, muito menos os efeitos gerados da/na sua produção/utilização social.

Nesse sentido, a investigação linguística é bem-vinda para esse tipo de produção social. É por essa razão que se justifica e se demonstra a necessidade da investigação que está sendo relatada, em parte, no presente trabalho.

2. GÊNEROS DO DISCURSO OU TEXTUAIS

Devemos esclarecer que o estudo sobre os gêneros é tão antigo quanto à preocupação com a linguagem, reporta-se à época de Platão, quando os estudos voltavam-se, principalmente, para os gêneros literários. Aristóteles (s/d), no entanto, é quem primeiro vai apresentar uma classificação dos gêneros do discurso, classificando-os deliberativo, demonstrativo e judiciário.

Ao longo do tempo, a noção de gênero de amplia cada vez mais e vai sendo associada a uma categoria distinta de discurso, falado ou escrito, com relação direta às condições e finalidades das atividades humanas.

Em relação a esse tipo de estudo, dos gêneros, Marcuschi (2008, p.149) aponta uma dificuldade natural devido à abundância e diversidade das fontes e perspectivas de análise. Explicando-nos, diz que:

[...] a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas.

Assim, os gêneros passam a ser compreendidos como instrumentos dinâmicos utilizados para realizar as mais diferentes interações, de acordo com a finalidade de cada uma delas. Exatamente como explica Bazerman (2006, p. 31), quando nos diz que gêneros emergem nos processos sociais quando as pessoas tentam compreender uma às outras a fim de coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos. Confirmando o pensamento destes autores Bakhtin (2010, p. 262) situa que:

A riqueza e a diversidade dos gêneros dos discursos são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório e gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo.

Para Bakhtin (2010), o processo de formação do gênero tem relação direta com as ações humanas, pois são essas ações que desencadeiam a preservação ou a transformação no uso dos gêneros em um referido campo de atividade.

Esse estudioso considera os gêneros do discurso tipos relativamente estáveis de enunciados: “... cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.” (BAKHTIN, 2010, p. 262). O autor justifica essa relativa estabilidade pelo caráter sócio-histórico dos gêneros.

Assim, sempre que interagimos falamos ou escrevemos para alguém, em alguma circunstância social, utilizamos os mais diferentes gêneros, tanto em situações formais ou informais, de uso da língua. Essas circunstâncias não são aleatórias nem desordenadas, e a formulação de cada enunciado produzido reflete as condições particulares e os objetivos de cada uma dessas esferas/campos de atividade humana.

Marcuschi (2008) defende que “todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua, que se efetiva através dos enunciados (orais e escritos)” (2008, p.155).

A evolução da profissão por meio da pesquisa

Passo Fundo/RS: UPF, 20, 21 e 22 de outubro de 2011

Correlacionando esse posicionamento à questão dos gêneros textuais/discursivos, chega-se à conclusão de que “não se pode tratar o gênero do discurso independente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas” (2008, p.155).

Bakhtin (1997, p. 281) sistematizou os gêneros em dois grupos, conforme a complexidade da esfera de uso: os gêneros do discurso primários (simples) e os gêneros do discurso secundários (complexo). Os gêneros primários são os produzidos numa comunicação verbal espontânea, ligados ao plano do cotidiano e que mantêm uma relação imediata com as situações nas quais são produzidos. Os secundários são os mais desenvolvidos, aparecem nas situações de condição de convívio complexo, em circunstâncias de uma comunicação cultural mais desenvolvida (romance, teatro, discurso científico etc.). Podemos entender que nesse grupo estariam os gêneros produzidos pelas instituições tanto públicas como privadas.

Nascimento (2010, p. 130) lembra de que há ainda um problema não resolvido pela Linguística, no que diz respeito à nomenclatura dos gêneros do discurso, “pois coexistem termos como *gêneros discursivos* e *gêneros textuais*”. No entanto, os termos atendem praticamente ao mesmo fenômeno: os textos que produzimos e com os quais lidamos, diariamente. Por essa razão, adota um termo pelo outro, posicionamento que também assumimos neste trabalho.

Adotamos, para a definição dos gêneros do discurso, os critérios básicos deixados por Bakhtin (1997, p. 279) para definir qualquer gênero: conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional.

a. Conteúdo Temático ou Aspecto Temático – está relacionado ao tipo de assunto que é veiculado nos gêneros, ou seja, o objeto do discurso, os conteúdos gerados numa esfera discursiva com suas realidades socioculturais e que são veiculados por um determinado gênero.

Dependendo da esfera onde ocorre o gênero discursivo, o conteúdo terá um tratamento específico, dado pelo autor. Segundo Bakhtin (1997, p. 300) pode ter um tratamento exaustivo ou não, o que determinará será a necessidade de cada esfera comunicativa pelo intuito discursivo ou o querer-dizer do locutor que determina o enunciado, revelando as intenções de quem escreve.

b. Estilo ou Aspecto Expressivo – considera-se a seleção lexical, frasal, gramatical, formas de dizer que têm sua compreensão determinada pelo gênero. Bakhtin (1997, p.283) entende que “o estilo lingüístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana”.

É através dos enunciados que conseguimos nos comunicar e, conforme afirma Bakhtin (1997), os enunciados refletem uma individualidade, possuem um estilo individual. Porém, há gêneros mais propícios e outros não a essa individualidade. Os mais propícios seriam os gêneros literários. Os chamados por ele de padronizados, que possuem uma forma padronizada, ou seja, os formulaicos, teriam condições menos favoráveis para refletir essa individualidade. O edital se insere neste último grupo, quer dizer, é menos favorável a influência da individualidade. No entanto, devemos esclarecer que mesmo nesse tipo de gênero, que não é considerado favorável, revelam-se marcas de individualidade deixadas pelo locutor.

c. Construção Composicional ou Aspecto Formal do Texto – para Bakhtin (1997, p. 301) “o locutor, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na

forma do gênero determinado”. Afirma ainda que, “nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável de *estruturação de um todo*.”

Em sua construção composicional, os gêneros estão carregados de procedimentos, relações, organização, participações que se referem à estruturação e acabamento do texto, levando em conta os participantes. No caso dos editais, esse conteúdo pode conter diversos itens. Nos editais de concurso, por exemplo, aparecem itens como: disposições preliminares; da validade do concurso; da inscrição; da disciplina, pré-requisitos, regime de trabalho, classe e vagas; da remuneração; da aplicação das provas; do resultado de exames; da investidura no cargo; das disposições gerais etc.

E é exatamente pela estrutura apresentada, por essa forma padrão de que o autor fala, que reconhecemos o gênero a que pertence um determinado texto e prevemos as intenções do sujeito que o produziu. Especificamente na nossa esfera comunicativa, no universo empresarial e oficial, podemos pela forma que o texto se apresenta, reconhecer os diversos documentos pertencentes a esta esfera. Reportando-nos ao Edital, pela sua construção composicional, já temos uma perspectiva do seu conteúdo e das prováveis intenções que podem estar presentes nesse gênero de texto.

Para a área de Secretariado, os estudos dos gêneros textuais/discursivos são de uma importância impar, pois muito mais do que oportunizar o conhecimento linguístico, os estudos descritivos dos gêneros mostram como se estruturam, se organizam e funcionam discursivamente os diferentes gêneros. Esses estudos servirão de, conforme Nascimento (2010), base para que se derrubem preconceitos em relação aos documentos produzidos e que circulam nas instituições, por vezes colocados em segundo plano nas investigações linguísticas; para que possamos conhecer como realmente funcionam, se estruturam, fugindo de fórmulas prontas e por fim elaborar novos materiais que consideram o uso real dos textos que circulam nas instituições públicas e privadas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada adotou abordagem qualitativa, caracterizada pelo enfoque descritivo-interpretativo, através de pesquisa documental, aquela que, segundo Gil (2002) e Severino (2007), tem como fonte documentos, quer dizer, não só os documentos impressos como também: fotos, filmes, jornais, gravações, documentos legais. Na pesquisa documental o pesquisador desenvolverá, provavelmente, sua investigação com um material ou texto que ainda não recebeu nenhum tratamento analítico. Nesta investigação, partimos da observação do *corpus* para, de acordo com o mesmo, elaborar respostas para a problemática em questão, por meio das discussões teóricas levantadas.

A fim de efetivar a pesquisa, o *corpus* para a referida investigação foi coletado na rede mundial de computadores, mantendo-se a privacidade e a idoneidade das instituições e pessoas envolvidas no processo de produção.

Foram coletados os editais para:

- Para abertura de concurso para provimento de cargos públicos (docente e técnico-administrativo);
- Para licitação (concorrência pública, pregão);
- Para bolsa de estudo (diversas).

4. APLICANDO A TEORIA BAKHTINIANA NO GÊNERO EDITAL

O Edital tem como finalidade tornar público determinado fato ou ato, seja por cautela, seja por publicidade, seja para cumprir um requisito legal. Segundo Medeiros (2008, p. 298), edital indica ato pelo qual se publica pela imprensa, ou nos lugares públicos, certa notícia, fato ou ordenança que deve ser divulgada para conhecimento das pessoas nele mencionadas e de outras tantas que possam ter interesse no assunto.

O edital é um gênero do discurso de uso corrente em grande parte das instituições públicas e privadas do nosso país. Diversos profissionais lidam diariamente com esse gênero, bem como a sociedade de maneira geral, uma vez que muitas das ações das instituições públicas e privadas, na sua relação diária com a sociedade, têm sido mediadas pelo edital.

A descrição do gênero edital faz parte das investigações desenvolvidas pelo LASPRAT (laboratório Semântico-Pragmático de Textos), Campus I, e no LAEL (laboratório de Estudos Lingüísticos), Campus IV, da UFPB, através do projeto ESAGED. Essas investigações têm como objetivo descrever a estrutura semântico-argumentativa dos gêneros e não descrever cada gênero em sua totalidade.

No entanto, percebemos que, para descrever a argumentatividade, deveríamos inicialmente definir os gêneros, os quais compreendem o universo oficial/empresarial, apresentando uma caracterização como primeiro passo para se começar a enxergar esses textos. Assim, se constitui objetivo deste trabalho a definição do gênero edital, a partir de critérios linguístico-discursivos, de base Bakhtiniana. Por conseguinte, aplicaremos os três critérios definidos por Bakhtin ao gênero objeto de estudo.

a) Conteúdo – Segundo Bakhtin (1997, p. 301) “o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*” (grifo do autor). E essa escolha será determinada de acordo com a intenção e objetivo do locutor. Considerando a função social do edital, nos seus mais diferentes tipos, sua intenção será sempre tornar público fato ou ato que deve ser conhecido por todos. No entanto, de acordo com o que se queira tornar público, o edital não só adquire características discursivas próprias, como também uma denominação específica.

Medeiros (2008, p. 298) afirma que os editais recebem denominação própria segundo seu objetivo ou seu fim; alguns tipos de editais são: de casamento (proclamas), de citação, de abertura de concurso para provimento de cargos públicos, de ciência, de concorrência, de convocação, de disponibilidade, de habilitação, de inscrição, de intimação, de notícia (arrecadação de bens), de praça (de leilão ou hasta pública), de publicação, de licitação e de resultado.

Em relação ao conteúdo, Bakhtin afirma que o um dos “mais importantes critérios de acabamento do enunciado é a *possibilidade de responder*” (grifo do autor) (1997, p. 299), e que um dos fatores mais relevantes é o chamado tratamento exaustivo do tema e esse varia de acordo com as esferas comunicativas.

Em relação ao conteúdo do edital, podemos dizer que esse fator é, aparentemente, contemplado, quando constatamos os diversos itens que compõem o edital, tais como instruções, ordens, permissões distribuídas ao longo do seu texto. A grande quantidade de itens no edital se constitui em detalhes necessários para uma possível resposta do interlocutor, ou seja, do interessado pelo fato ou propósito que determina o edital a realizar as diversas etapas do processo ao qual será submetido.

A intenção de abordar o assunto do edital de forma exaustiva está diretamente ligada ao objetivo do edital. Nos editais, como por exemplo, um edital de abertura de concurso público para provimento de cargo de professor, o candidato deverá receber orientações necessárias a cada etapa do processo que irá se submeter, com riqueza de detalhes. Já um edital destinado a proclamas (casamento), ou mesmo para convocação de uma assembléia, ocorre o contrário: esses são editais simples, estruturados com poucos itens e com poucos detalhes, pois sua finalidade não exige um detalhamento exaustivo do objeto ou conteúdo.

b) Estilo - Bakhtin (1997, p. 283) afirma que “estilo lingüístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana”. Portanto, e segundo os manuais de redação oficial, o estilo de linguagem que deve se apresentar no gênero edital utiliza-se do padrão culto de linguagem, recomendado na redação oficial, devendo caracterizar-se pela impessoalidade, pela clareza, concisão, formalidade e uniformidade.

Porém, já nas primeiras investigações que estamos realizando, podemos perceber que a linguagem do edital não é tão simples e tão objetiva como propõem os manuais de redação. Observamos a existência da argumentatividade no gênero com a presença de modalizadores revelando a complexidade da construção do sentido no referido gênero. Essa argumentatividade, por sua vez, tem se materializado principalmente no sentido de direcionar o leitor/interlocutor a agir de determinada maneira (e não de outras), tomando determinadas atitudes, como nos exemplos abaixo, retirados do nosso *corpus* de análise.

Trecho 1 – Ed, 01

5.1. A inscrição *deverá* ser efetuada conforme procedimentos especificados a seguir:
5.1.1. O valor da Taxa de inscrição para os cargos da Classe E (Nível Superior) é de **R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais)**, para os cargos da Classe D (Nível Intermediário) **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)**, para os cargos da Classe C (Nível Intermediário) **R\$ 30,00 (trinta reais)** e para os cargos da Classe B (Nível de Apoio) **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)**.

No trecho acima, retirado de um edital de concurso público, o modalizador *deverá* expressa caráter de obrigatoriedade, algo que precisa ocorrer. Podemos constatar que o locutor dá uma instrução/ordem através do modalizador *deverá*. Trata-se, portanto, de um modalizador deôntico, ele não estabelece uma ordem direta ao interlocutor, já que está na 3ª pessoa do singular, mas considerando o contexto discursivo e o gênero em questão, o edital, percebe-se que essa instrução é dada aos pretensos candidatos aos cargos de que trata o referido edital.

Funcionamento diferente possui o verbo poder, no trecho abaixo.

Trecho 02 – Ed, 03

3.4. As inscrições também *poderão* ser feitas por **VIA POSTAL EXPRESSA**, desde que a postagem ocorra dentro do prazo estabelecido no item 3.1 deste Edital.

O que encontramos, no trecho 02, é o modalizador *poderão*, classificado aqui como deôntico de possibilidade, expresso de maneira impessoal, sem especificar exatamente a quem

se dirige. Recuperando o contexto, podemos entender como uma instrução dada aos pretensos candidatos aos cargos de que trata o edital. Essa instrução, no entanto, não é uma ordem, mas uma permissão para que as inscrições também sejam feitas por via postal.

Assim, o locutor expressa o conteúdo proposicional, o qual se refere às inscrições a serem feitas por via postal, deixando a critério do interlocutor adotá-lo ou não. Estratégia diferente se encontra no trecho abaixo:

Trecho 3 – Ed, 01

5.5. A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato *não poderá* alegar desconhecimento.

No trecho 03, verificamos o modalizador deôntico de proibição: *não poderá*. A modalização proibitiva recai sobre a alegação de desconhecimento, e tem um caráter deôntico proibitivo diretamente expresso ao interlocutor, o candidato. Assim, o candidato fica proibido de alegar desconhecimento das normas do discurso.

Conforme se percebe nos trechos analisados, parece ser característica linguística desse gênero a presença de verbos modais (como dever e poder), utilizados pelo locutor do texto para expressar instruções, dar ordens, permissões ou ainda determinar proibições a seu interlocutor.

c) Construção Composicional – Conforme Lima (2003, p. 95), em geral os editais apresentam em sua estrutura: designação do órgão/unidade; título do edital, com letras maiúsculas, seguido de número de ordem e da data; do texto dividido em itens e subitens, e por fim do nome do emitente e do respectivo cargo.

Quanto à construção composicional, o edital geralmente apresenta uma estrutura composta por diversos itens, de acordo com seu objetivo. Alguns editais apresentam variação nessa estrutura, no entanto é comum a presença de itens como os que seguem: da abertura, com um texto apresentando documentos que garantem o direito legal da referida ação proposta pelo edital; das informações preliminares; das condições para participação; dos procedimentos; das providências, esclarecimentos e impugnações ao ato convocatório; da representação e do credenciamento; da apresentação dos envelopes; dos preços; dos prazos em geral; do julgamento e classificação das propostas comerciais; do julgamento e da desqualificação dos documentos; dos recursos administrativos; da validade do concurso; das vagas; da inscrição; das provas; dos requisitos para investidura no cargo; da isenção da taxa de inscrição; das disposições gerais; nome da autoridade competente com cargo ou função etc.

É comum que os itens sejam também organizados em subitens, conforme necessidade e complexidade em relação ao seu objetivo.

Como o edital é determinado pelo seu objetivo e o seu fim, sua composição está diretamente ligada ao que se propõe. Assim, da mesma forma que é possível encontrar editais com uma grande quantidade e variedade de itens, também é possível encontrar editais com poucos itens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordamos que a aplicação dos critérios básicos na visão bakhtiniana permite uma descrição e definição dos gêneros textuais muito mais clara, objetivando dar conta do texto em sua totalidade.

A aplicação desses critérios ao edital nos permitiu enxergar esse gênero de forma mais completa e não tão superficial quanto nos é apresentado nos manuais de redação que circulam no meio empresarial/oficial. Podemos compreender melhor o querer-dizer do locutor pelo conteúdo apresentado, pelo aspecto expressivo menos favorável à influência individual e pelo aspecto formal do texto, com seus procedimentos, organizações e divisões no que se refere à estrutura desse gênero.

Na construção do gênero edital, o profissional de secretariado ou outros profissionais que lidam com esse tipo de documento, na esfera das instituições públicas e privadas, possivelmente terá melhores condições de perceber o texto e se libertar dos critérios meramente normativos, no que se refere ao seu conteúdo e a forma de dizer desse conteúdo. O que queremos dizer não é que o produtor do texto deva desprezar as orientações para construção desse gênero, mais acrescentar e materializar esse texto – o edital, de forma mais completa. Assim, esse profissional será capaz de utilizar a língua de maneira a atingir seu interlocutor, indicando como esse deva agir.

Repetindo o que falamos anteriormente, a literatura em relação às orientações para construção desse gênero ainda é precária e carece de critérios linguístico-discursivos mais consistentes. Isso é necessário pela própria função social desse gênero: sabemos que as instituições privadas e públicas mantêm, em grande parte, sua relação com a sociedade através do edital.

Talvez resida nessa carência a grande dificuldade de produção que os profissionais da área, entre os quais os Secretários Executivos e Advogados, possuem para produzir esse gênero, bem como a grande quantidade de recursos a que são submetidos os órgãos públicos e privados, em decorrência de problemas de interpretação ou aplicações indevidas de termos presentes nos editais.

Enfim, conhecendo os gêneros em sua potencialidade, na sua estrutura, na forma de dizer e no que dizer, os profissionais se tornarão mais eficientes, pois saberão escolher o gênero apropriado a cada necessidade, no intuito de atingir seus propósitos comunicativos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. 17ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- BAKHTIN, Milhail Mikhailovitch. Estética da Criação Verbal. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Milhail Mikhailovitch. Estética da Criação Verbal. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação. Org.: Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.
- DUCROT, Oswald. Polifonia y Argumentación: Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Edição – São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, A. Oliveira. Manual de redação oficial: teoria, modelos e exercícios. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

MARCUSCHI, L. Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 3ª edição. São Paulo: Ed. Parábola Editorial, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 19ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, G. Ferreira; JÚNIOR, N.J. Forster. Manual de redação da Presidência da República. 2ª Ed. (rev. e atual.) – Brasília: Presidência da República, 2002.

NASCIMENTO, E. Pereira. Artigo científico: Gêneros do Universo Oficial/Empresarial: para além dos manuais de redação. Revista eletrônica: Revista de Gestão e Secretariado, Vol. 1, nº 2 (2010). Organização: SINSESP. Acesso em: mar/2011. Disponível em: <http://www.revistagestaoesecretariado.org.br/ojs-2.2.4/index.php/secretariado/article/viewFile/21/37>

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.